

SUSTENTABILIDADE

Empresários brasileiros e estrangeiros vão lançar um fórum de representação do setor privado para formalizar compromissos sustentáveis com a COP30

AFP



Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas está marcada para 10 de novembro, em Belém. A escolha da cidade foi estratégica

Contribuições para a Conferência Climática

» FERNANDA STRICKLAND

O setor produtivo se mobiliza para reforçar o compromisso com a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e contribuir para o avanço da transição sustentável. Como resultado desse esforço, um conjunto de recomendações será apresentado à Presidência da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP) e ao governo federal, buscando garantir que as metas climáticas sejam alcançadas com a participação ativa da iniciativa privada.

Reforçando esse compromisso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) vai lançar amanhã, a Sustainable Business COP30 (SB COP) durante evento que reunirá autoridades do governo e empresários na sede da entidade em Brasília. A iniciativa planeja construir um grupo de representatividade empresarial internacional, a exemplo do que existe no G20 e no Brics, para levar contribuições do setor privado às negociações da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas. Em 2025, o evento climático está previsto para novembro, em Belém.

Segundo o diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz, a SB COP será um fórum empresarial voltado a contribuições para as COPs. “Essa é uma iniciativa da CNI, juntamente com atores do setor privado, para termos uma forma de participação mais efetiva da indústria nacional em

Belém. A CNI atua como observadora em COPs, contribuindo com o governo nas negociações para a agenda de redução das emissões”, detalha.

As metas do SB COP são elaborar recomendações aos líderes governamentais para as negociações da COP30; formalizar compromissos do setor privado para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE); e desenvolver iniciativas voltadas à ação para avançar em uma agenda climática positiva.

Para especialistas, a transição para uma economia de baixo carbono exige a colaboração entre empresas, governos e a sociedade, com a adoção de práticas sustentáveis e investimentos em inovação. Para o setor produtivo, essa agenda de recomendações representa uma oportunidade de alinhar compromissos ambientais às estratégias de crescimento econômico, garantindo competitividade em um cenário global que demanda soluções sustentáveis.

Iniciativa

O secretário-executivo da SB COP e superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo, destacou que cada grupo vai elencar até três recomendações. “Dessa forma, o foco poderá ser mantido e as metas, de fato, alcançadas, com transparência e comprometimento das empresas nesse processo de transição sustentável”, explicou.

A conclusão dos trabalhos resultará em uma agenda de

recomendações que será apresentada pelo setor produtivo à presidência da COP e ao governo, com a perspectiva de garantir o compromisso do setor privado com as metas para redução das emissões de GEE.

A expectativa é que as diretrizes propostas sirvam como um guia para impulsionar políticas públicas e ações empresariais voltadas à redução das emissões de GEE, contribuindo para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país no combate às mudanças climáticas.

Evento histórico

Em 2025, Belém do Pará será palco da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), reunindo líderes mundiais, cientistas, ativistas e empresários para discutir o futuro do planeta diante da crise climática. Pela primeira vez, a Amazônia sediará o evento, colocando o Brasil e a maior floresta tropical do mundo no centro das negociações climáticas internacionais.

A escolha da cidade é estratégica, pois Belém representa tanto a riqueza ambiental quanto os desafios da preservação da floresta. A Amazônia desempenha um papel crucial no equilíbrio climático global, mas o desmatamento e as queimadas continuam sendo preocupações urgentes. O governo federal espera que a COP30 traga compromissos concretos para a proteção da floresta, além de novas iniciativas de

financiamento climático para países em desenvolvimento e mecanismos de compensação para comunidades que dependem dos recursos naturais.

O Brasil, sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem reforçado seu compromisso com a agenda ambiental e deve usar a conferência para atrair investimentos sustentáveis e fortalecer políticas contra o desmatamento.

Entre os principais temas da COP30, destacam-se as metas de descarbonização, nas quais os países precisarão demonstrar avanços nos compromissos assumidos no Acordo de Paris para limitar o aquecimento global a 1,5°C. O financiamento climático também será um ponto central, pois a implementação prática do fundo para perdas e danos climáticos, acordado na COP28, ainda precisa ser definida.

Além disso, a bioeconomia e o desenvolvimento sustentável devem ganhar espaço no debate, com foco na valorização da floresta em pé e no estímulo a atividades sustentáveis, como o manejo de produtos da biodiversidade.

Outro tema essencial será a justiça climática, com a participação ativa de povos indígenas e comunidades tradicionais, que defendem o reconhecimento de seus direitos e políticas públicas eficazes para protegê-los. Tecnologias inovadoras para captura e armazenamento de carbono, energias renováveis e práticas agrícolas sustentáveis também estarão em pauta.

» Agenda sustentável

O Ministério das Relações Exteriores informou que o embaixador André Corrêa do Lago, secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente da pasta e presidente da COP30, e Ana Toni, secretária Nacional de Mudança do Clima e CEO da COP30, concederão uma entrevista coletiva à imprensa amanhã, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. O evento abordará o lançamento da Carta da Presidência sobre o evento climático e os principais objetivos da conferência — prevista para novembro, em Belém — e detalhará as prioridades do Brasil na organização da agenda sustentável.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Maioria envergonhada

Com a reforma ministerial do governo se revelando um troca-troca entre petistas visando apenas a reeleição, apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser minoritário no Congresso Nacional, o foco das atenções começa a mudar para a nova direção da Câmara dos Deputados e do Senado. O que ela fará?

A questão crucial passa a ser se os novos dirigentes serão apenas gestores de emendas parlamentares ou vão atuar como líderes de um dos três Poderes da República, conscientes da gravidade do momento no mundo sem lei e do mais forte do presidente Donald Trump. A resposta é decisiva.

Com poucas expectativas de mudanças de fundo, já que o presidente abriu precocemente a campanha sucessória no fim do ano passado e demarcou território ao anunciar que déficit fiscal é “bobagem” e é usado por quem está “querendo viver de especulação”, que “quem faz o PIB crescer não é o patrão, é o povo que trabalha”, ele chamou a oposição para a briga. E oposição não é bem Jair Bolsonaro Bolsonaro, inabilitado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 2030 e sujeito a ser condenado à prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela tentativa de insurreição em 8 de janeiro de 2023.

Oposição, de fato, deveria ser representada pelos partidos que comandam mais de dois terços das bancadas de deputados e senadores por vontade do eleitor (e pelos sortilégios das verbas das emendas ao orçamento federal e do fundo partidário). É uma oposição, lato sensu, com visão e crenças homogêneas — tanto quanto a dos partidos de esquerda que orbitam o PT. Razões espúrias a dividem.

O acesso ampliado às emendas, originalmente restritas somente às de liberação individual por parlamentar conforme a Constituição, e o fundo bilionário com dinheiro público que sustenta os partidos são os fatores que conspurcaram a atividade parlamentar, levando a segundo plano as questões nacionais e o desenvolvimento — trocados pela ânsia por verbas para injetar nos feudos eleitorais.

Desses males o empresariado foi cúmplice. Afastou-se muito mais do que a prudência recomenda do mundo político, indo a ele apenas para influenciar decisões setoriais ou tirar proveito de projetos de lei (como os tais “jabutis”, inclusões alheias ao objetivo da proposição votada). Tais vícios permearam todos os governos desde a redemocratização. Os sinais, hoje, são de exaustão absoluta.

Satisfeitos com desafios

A se crer no que acontece no mundo, onde o governante no poder é derrotado e substituído por opções não convencionais (tipo Trump, e pela segunda vez), e as pesquisas aqui corroboram, esperam-se que os interessados no sorte do país, e eles existem, pensem maior.

O alibi da governabilidade não tem que implicar, necessariamente, essa vida dupla da parcela majoritária no eleitorado dos partidos de centro e de centro-direita, que elegeem seus representantes como antítese do PT e, depois, correm para pegar uma boquinha com Lula.

Isso se volta contra o próprio Congresso, hoje, com a avaliação mais baixa entre as instituições da República. Um economista, em artigo recente, disse que o Congresso tem de ser responsabilizado também pela irresponsabilidade fiscal. Num evento do BTG, um dos personagens do mercado financeiro respondeu a uma pergunta sobre o motivo de o ano ter começado calmo nos indicadores do câmbio e dos juros dizendo que se devia ao “recesso do Congresso”.

Gracinhas à parte, a verdade é que se a maioria conservadora no Congresso não tivesse apoiado os projetos dos governos Lula 1 e 2 e mesmo de Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato, não teria havido nem o Bolsa Família nem o PAC, o programa de obras de infraestrutura.

O estranho é que nenhum desses partidos ditos “aliados” chamou algum dia para si o mérito compartilhado dos programas populares, que viraram marca dos governos petistas. Nem contestaram o mau juízo que os afeta com o argumento da governabilidade.

Sem diferencial inovador

Falar sério sobre o presente e o amanhã do país deveria começar pela conceituação apropriada, por exemplo, do desempenho do PIB em 2024. Cresceu 3,4% (ou 2,94%, com o ajuste por dias úteis, que vão ser menos neste ano). Foi o quarto ano seguido de aumento acima da média de 10 anos, um bom resultado, sim. Mas não é excepcional. Tais aumentos os EUA vêm tendo há anos, embora sua decadência econômica seja visível, além do enorme mal-estar social.

Como destaca o economista Fernando Montero, o crescimento contou com um forte aditivo de 5 pontos de percentagem do PIB de gastos públicos de 2022 a meados de 2024, sobretudo transferências de renda (mais de 25 milhões de pessoas foram incorporadas desde o convencimento por Bolsonaro de que bolsa social é feita para gerar resultado eleitoral, não bem eliminar a pobreza de forma perene).

O investimento ano passado chegou a 17% do PIB, outra rubrica que teve destaque. Só que países emergentes bem-sucedidos crescem sua taxa de investimentos a um ritmo acima de 23 a 25% do PIB há mais de duas décadas. E, excluindo o gasto em infraestrutura, o grosso do que se investe no Brasil, especialmente em manufatura, é para a reprodução do que já está defasado em boa parte do mundo.

Não há o diferencial inovador que fez a China, seguido de Índia, Coreia do Sul, pôr a manufatura e a tecnologia dos EUA a reboque.

Cadê o instinto da política?

Quando se verifica o que está mudando o mundo para valer e o que deve e continua dando certo nos países que espirocaram o cérebro de Trump, nós deveríamos estar do lado dos vencedores.

Tome-se a inteligência artificial. Em sua formação, os três itens mais relevantes são os dados digitais, semicondutores e a energia para alimentar os data centers. Desses, temos posição privilegiada na geração de energia, inclusive limpa. Mas, por falta de demanda e de rede de distribuição, boa parte foi desligada pelo Operador Nacional do Sistema, implicando fortes danos aos empreendedores.

Deveríamos estar voando com data centers escaláveis, mas com 15 órgãos federais cuidando da área é que não se vai a lugar algum. Nem ao menos conseguimos entregar a identidade digital única...

O resultado: nos últimos dez anos, a partir de 2015, o PIB da Índia foi o que mais cresceu no mundo, 77%, segundo o FMI. China, 74%; Turquia, 59%; EUA, 28%; média mundial, 35%. E nós? Meros 8%!

Está na hora de a (boa) política seguir o instinto, entender o que o eleitor procura e olhar para longe — 10, 20 anos à frente.

Crédito de descarbonização

Os créditos de descarbonização (CBIOs) estão com a rota traçada para ingressar nas carteiras de investidores de todos os bolsos. A popularização desses ativos, já bastante conhecidos no agronegócio e no setor de combustíveis, depende de alguns fatores que têm perspectivas positivas para 2025. Um deles é a projeção sobre preços. Outro é o interesse de assessorias de investimento.

Neste ano, há uma expectativa de valorização devido ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos créditos. Quando vier, a alta tende a chamar a atenção mesmo dos investidores menos atentos a esse mercado.

Embora não sejam maioria, há escritórios de investimentos

colocando o pé no setor. Tudo isso em um ano no qual as conversas sobre sustentabilidade e ativos “verdes” ficarão ainda mais frequentes por conta da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30.

Projeções

Idealizado a partir da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei 13.576/2017, cada CBIO representa uma tonelada de dióxido de carbono (CO2) evitado. A emissão do crédito é feita por produtores de combustíveis renováveis — como etanol, biodiesel e biometano — e

o comprador obrigatório desses títulos são empresas distribuidoras de combustíveis fósseis poluentes, para compensar suas emissões.

Para 2025, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu que as distribuidoras terão de comprar 40,39 milhões de CBIO. A meta é desdobrada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que considera a participação de cada distribuidora no mercado. No ano passado, das 163 distribuidoras com metas, 97 cumpriram integralmente seus compromissos, cinco atingiram pelo menos 85% — e poderão compensar o restante em 2025 — e 61 não cumpriram e serão autuadas. (Agência Estado)